

Lanterna na proa

MARCELO DE PAIVA ABREU*

Esforços analíticos podem ser prospectivos ou retrospectivos. As análises prospectivas buscam arregimentar informações, hipóteses e cenários para tentar prever o futuro. Análises retrospectivas avaliam políticas adotadas no passado com o benefício de conhecimento do já ocorrido. A História recente mostra que o País é mais bem fornido de especialistas com visão retrospectiva do que com visão prospectiva.

Exemplos gritantes de análises baseadas em visão retrospectiva, que discrepam radicalmente de análises prospectivas feitas no passado - freqüentemente pelos mesmos analistas -, são os juízos mais recentes sobre a diplomacia do governo Lula. Foi ficando gradativamente mais difícil justificar os repetidos revezes diplomáticos do Brasil. E, no entanto, qualquer analista minimamente informado e menos imbuído do otimismo ingênuo que afetou o governo e o País teria concluído que faltavam condições para que pudessem prevalecer as posições brasileiras quanto a todas as negociações nas quais o Brasil sofreu derrota. E nas que ainda pode sofrer. Ao tricéfalo comando da política exterior - exercido da antiga Casa Civil, do mandarinato palaciano e do Itamaraty - se somaram as perturbações hierárquicas no próprio ministério advindas de indicações de altos funcionários por facções radicais do Partido dos Trabalhadores. O sectarismo acabou dominando amplamente o tradicional pragmatismo do Palácio dos Arcos. Em conversas de bar era elegante louvar quão imaginosa era a nova política externa. Os fatos se impuseram, a moda mudou. Hoje, mesmo comentaristas que se haviam transformado em áulicos da nova política externa no primeiro biênio do governo se dedicam alegremente à tarefa de criticá-la pelos resultados pífios e pela grande desenvoltura em fazer inimigos.

O fato é que a diplomacia brasileira passa pelo momento mais penoso em tempos modernos. Talvez desde as trapalhadas do governo Dutra, em meio à maré anticomunista, com a ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética, sendo pretensamente justificada por artigo na *Literaturnaya Gazeta*, criticando o presidente brasileiro, e pelo tratamento dispensado pela polícia civil moscovita ao diplomata Pina Gomalina, envolvido em incidente deplorável na capital soviética. Hoje, em vez da almejada liderança continental, o Brasil se vê em posição de isolamento em muitos temas, freqüentemente na companhia de Fidel Castro e de Hugo Chávez. A verdade é que hoje não é tão custoso deixar de levar em conta as posições da diplomacia brasileira. O cabedal de credibilidade, seriedade e capacidade negociadora acumulado por muitas gerações está sendo rapidamente dilapidado na esteira de sucessivas posições imprudentes que levam ao isolamento e à perda de face. Essa situação poderia ter sido evitada se, em vez de uma postura basbaque, de elogio aos reiterados fogos de artifício diplomáticos e à 'altivez' de

nossa diplomacia, o governo e boa parte dos analistas tivessem tratado de forma séria as alternativas para a política externa brasileira, sem vetos ideológicos e maniqueísmos e sem a compulsão de vilipendiar a política externa do governo anterior e a sua pretensa falta de compromisso com os interesses nacionais.

A despeito dessa história triste, o País parece pronto a embarcar em outra canoa furada, agora na área econômica, ao, de novo, deixar de lado a análise prospectiva. De fato, em meio ao progressivo agravamento da crise política, tornou-se quase obrigatório fazer a ressalva de que, a despeito de tudo, a economia vai bem. Que a economia estaria blindada quanto aos efeitos da crise política. É certo que o desempenho dos gestores da política econômica tem sido muito bom e que eles mostraram que estavam quase sempre certos quanto à inflação, à política de juros e ao ajuste externo. No entanto, o bom senso indica que, se a situação política continuar a se deteriorar, será difícil evitar o impacto desfavorável sobre a economia, por melhor que seja a gestão da política econômica.

Entre diversas iniciativas parlamentares com indesejáveis implicações fiscais, destaca-se, como demonstração cabal de que a economia poderá sofrer com a deterioração política, o voto no Senado, na última terça-feira, elevando, por proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, o salário mínimo para R\$ 384,29. Não chega a ser surpresa que a desestabilização da política econômica agrade a boa parte da esquerda da coalizão governista. O que preocupa é que o PSDB e o PFL, votando a favor da proposta, se tenham mostrado grandes aliados da esquerda radical na desestabilização da economia. Comportaram-se exatamente como seus adversários políticos durante o governo anterior. A hipótese mais caridosa é que o objetivo teria sido obrigar o presidente Lula a se desgastar vetando o aumento. Quem quer que se preocupe com os destinos do País deve ler a ata da votação da 131ª sessão do Senado (<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/ordia/ordia.asp#>) para avaliar todas as dimensões do surto de oportunismo e irresponsabilidade que acometeu os senadores da oposição. Não parece ter sobrado muito trigo em qualquer partido.

Uma das principais razões para encaminhar com presteza e eficácia a apuração de práticas corruptas - no Congresso, no Executivo e no processo eleitoral - e encaminhar soluções para a crise política é exatamente impedir que o seu agravamento leve à ruína um lento e inconcluso processo de saneamento econômico-financeiro iniciado em 1993 e continuado desde 2003. Para pretender governar o Brasil não basta não ser corrupto. É preciso ser responsável, prudente e eficiente. Mas, a despeito do que sugere o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, está cada vez mais difícil distinguir diferentes espécies de joio

Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.